

LEI Nº 1324, DE 16 DE MAIO DE 2001



Institui o Plano de Desenvolvimento Agro-Econômico e Social para o Município de Santa Helena, cria incentivos fiscais e econômicos e da outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º A presente Lei visa fomentar o desenvolvimento Agro-econômico e social do Município de Santa Helena, traçando diretrizes para incentivo à geração de novos empreendimentos agro-industriais, bem como a ampliação daquelas já existentes, aumentar a produtividade rural, e a melhoria da qualidade de vida da população interiorana.

Art. 2º Fica criada a Comissão de Desenvolvimento agro-econômico para o Município de Santa Helena composta por 07 (sete) membros, a saber:

- I - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- II - Um membro indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- III - Dois Representantes do Poder Executivo;
- IV - Um membro da EMATER-PR;
- V - Um Representante do IAP;
- VI - Um Representante da ACISA.

Parágrafo único. Esta Comissão será nomeada pelo Executivo Municipal através de Decreto, tendo suas atribuições fixadas em regulamento, sendo seu Presidente o Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal de Santa Helena, a conceder incentivos econômicos de conformidade com as diretrizes e condições da presente Lei e regulamento, bem como previsão no Orçamento Anual, onde serão previstas as fontes para custear as despesas decorrentes dos Programas aqui previstos, destinados a atender, prioritariamente as pequenas propriedades rurais.

1. INCENTIVOS PARA EMPRESAS AGRO-INDUSTRIAIS

I - Aproveitamento dos produtos agropecuários:

- a) Fabricação de doces e conservas;
- b) Carnes e Derivados;
- c) Beneficiamento e transformação de Cereais e Culturas perenes;
- d) Produtos laticínios;
- e) Beneficiamento de ervas para produção de chás e condimentos;
- f) Massas alimentícias;
- g) Sucos e bebidas;
- h) Fabricação de Fertilizantes;
- i) Beneficiamento e transformação de derivados do mel;
- j) Beneficiamento e transformação de hortifruti-granjeiros;
- l) Produção de Alevinos;
- m) Outras empresas de interesse sócio-econômico do Município.

II - Empresas de Suporte:

- a) Embalagens e condimentos;
- b) Produtos de limpeza;
- c) Reaproveitadora de produtos descartáveis.

III - Outras empresas de interesse sócio-econômico do município de Santa Helena:

- a) Reaproveitamento da madeira e beneficiamento;
- b) Esquadrias de ferro e madeira;
- c) Vassouras, escovas, pincéis e similares;
- d) Extração e beneficiamento de produtos minerais;
- e) E outras de interesse sócio-econômico do Município.

2. PARA ATIVIDADES RURAIS

I - Para melhorar a produtividade rural das propriedades e Associações de Produtores, com mecanização, conservação de solos, adequação e readequação de estradas, melhoria da fertilidade do solo;

II - Para edificarem pocilgas, estábulos, silos para cereais, silagem e secadores de grãos, esterqueiras, aviários, apiários, açudes, galpões e pequenas moradias;

III - Para instalarem sistema de irrigação e drenagem;

IV - Para aquisição e reforma de equipamentos, implantação de sistemas de saneamento rural, na capacitação de produtores, aquisição de matrizes, melhoria genética e sanidade de animais com exploração econômica, pesquisa, experimentação, atividades e investimentos

relacionados ao meio ambiente;

V - Para melhoria e ampliação de hortifrutigranjeiros;

VI - Para incentivo à Exposições Agropecuárias, Feiras de Produtos Rurais;

VII - Incentivos às atividades dos Pescadores Profissionais.

Art. 4º O Poder executivo Municipal poderá, para execução dos objetivos previstos nesta Lei, conceder os seguintes incentivos:

I - Incentivos Econômicos:

1. Fornecer imóvel através de Concessão de Direito Real de Uso, com área compatível com o projeto agro-industrial e da instalação da empresa.

2. Oferecer a infra-estrutura necessária para a implantação de novas atividades rurais e nas já existentes, e mais:

- a) Serviços de terraplanagem e aterramento;
- b) Fornecimento de rede de água potável;
- c) Implantação de rede de energia elétrica geral;
- d) Rede pública de telefone;
- e) Acesso viário pavimentado, cascalhamento e/ou calçamento com pedra irregular;
- f) Pedra britada, areia, tijolos, telhas e outros materiais;
- g) Barracões, através de concessão de direito real de uso;
- h) Sementes e mudas;
- i) Adubos, fertilizantes e inseticidas.

Art. 5º Feita a Concessão de Direito Real de Uso do lote e/ou barracão, a empresa se compromete em executar o projeto de implantação no prazo máximo de 6 (seis) meses, sob pena de reversão dos bens cedidos, para o Município.

Parágrafo único. Os investimentos a qualquer título, efetuados sobre os imóveis e benfeitorias do Município, pela concessionária, não serão indenizados em hipótese alguma.

Art. 6º Os incentivos de que trata o artigo 4º deverão ser solicitados ao executivo, juntamente com a apresentação do Projeto Técnico, que somente após a análise e parecer favorável da Comissão constituída de acordo com o Art. 2º desta Lei, serão concedidos.

Art. 7º Os benefícios de que trata esta Lei não eximem os beneficiários do cumprimento da legislação aplicável, especialmente as de proteção ao meio ambiente, cabendo ao Município tomar medidas destinadas ao aperfeiçoamento e racionalização do desenvolvimento agro-industrial do seu território.

§ 1º Para habilitar-se aos benefícios de que trata esta Lei, o interessado, não poderá possuir qualquer pendência junto à Administração Municipal.

§ 2º Quando agro-pecuarista, deverá, além das demais imposições desta lei, comprovar através de notas fiscais de produtores a comercialização dos produtos, relativa ao último período (ano) anterior à concessão do benefício.

Art. 8º Para atender as finalidades desta Lei, o Município poderá aplicar, além dos recursos orçamentários específicos, outros recursos, resultantes de transferências, convênios, doações, fundos e outras fontes.

Art. 9º Na falta de cumprimento do disposto nesta Lei, os beneficiários terão os benefícios cassados, após a notificação, sem que lhes caiba qualquer indenização.

Art. 10 Os incentivos concedidos através de outras leis municipais, permanecem válidos até a efetiva implantação dos programas previstos nesta lei.

Art. 11 Decreto do Executivo Municipal, regulamentará a presente Lei.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as leis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena, aos dezesseis dias do mês de maio de 2001.

SILOM SCHIMIDT
PREFEITO MUNICIPAL